

10. LEGISLAÇÃO SOBRE POLUIÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A legislação básica brasileira sobre política nacional do meio ambiente, como referido anteriormente, corresponde à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, alterada pelas Leis nº 7.804, de 15 de julho de 1989, e 8.028, de 12 de abril de 1990.

Entre outros projetos de lei que se encontram no Congresso, relacionados direta ou indiretamente com os problemas de saneamento, deve ser destacado o Projeto de Lei nº 2.891, de 1992, encaminhado pelo Poder Executivo com a Mensagem nº 175/92, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo, substâncias nocivas e outros poluentes em águas sob jurisdição nacional.

Essa proposta está calcada na Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, concluída em Bruxelas, em 29 de novembro de 1969, e promulgada no Brasil, pelo Decreto nº 79.437, de 23 de março de 1977, e que resultou das atividades do grupo de trabalho interministerial criado pelo Decreto nº 99.349, de 26 de junho de 1990.

Poucos dias antes da entrada da Mensagem nº 175/92 no Congresso Nacional, o deputado Fábio Feldman havia apresentado um projeto semelhante (Projeto de Lei nº 2.794, de 1992), também baseado na proposta do mesmo grupo de trabalho que orientou o projeto do governo (o projeto Feldman foi apresentado em 30 de abril e o do governo em 20 de maio).